



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES

Processo n.º: 6159/2023

Projeto de Lei Ordinária n.º: 88/2023

Autoria: Manoel Messias Caliman

**DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA
GUILHERME MELOTTI NO BAIRRO BOA
VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RELATÓRIO

Cuida-se de parecer quanto à constitucionalidade e legalidade da proposição legislativa em epígrafe, de iniciativa do Vereador Manoel Messias Caliman, cujo conteúdo, em suma, dispõe sobre a denominação de Rua no Bairro Boa Vista, qual seja:

RUA GUILHERME MELOTTI, atualmente sem nome, localizada no Bairro Boa Vista, neste município, com as coordenadas - latitude: 19.249043590074574, longitude: 40.089597027981654.

A matéria foi protocolizada em 24/08/2023, tendo a Procuradoria da Casa exarado parecer FAVORÁVEL pelo prosseguimento do referido projeto de lei.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Por conseguinte, o presente projeto veio a esta Comissão (CCJ) para exame e parecer, na forma do art. 62, I, c/c arts. 63, §2º, e 64, caput, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares, instituído pela Resolução nº 001/2018.

FUNDAMENTAÇÃO

De largada, cumpre assentar que o exame a ser realizado sobre o presente projeto de lei cingir-se-á aos aspectos estritamente jurídicos, especialmente com suporte nas matrizes constitucionais e legais que norteiam o processo legiferante pátrio. Com efeito, não incumbe à CCJ invadir o mérito da proposição legislativa, muito menos imiscuir-se em questões atinentes à discricionariedade política desta Casa de Leis.

Verifica-se, inicialmente, a *constitucionalidade formal* do presente projeto de lei, conforme se observa do art. 30, I, da Constituição Federal, bem como do art. 28, I, da Constituição Capixaba, porquanto inexistente qualquer vedação que impeça lei municipal tratar da matéria aqui abordada, tendo em vista o interesse local da proposição.

Da mesma maneira, mostra-se formalmente constitucional a presente propositura no que diz respeito à *legitimidade parlamentar* para deflagrar o procedimento legislativo, por não tratar de matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, não abrangendo quaisquer das hipóteses previstas no parágrafo único do art. 31 da Lei Orgânica Municipal.

Aliás, diga-se, estabelece o artigo 15, inciso XIII, da Lei Orgânica local, caber à Câmara Municipal legislar sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Destarte, não há falar em *inconstitucionalidade por vício de iniciativa* pelas razões supracitadas.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Do mesmo modo, verifica-se a compatibilidade da proposição com o regramento disposto na Lei Federal nº 6.454/1977, de modo que o PLO em análise é *materialmente constitucional*.

Destaca o autor que o presente projeto de lei visa prestar o reconhecimento à personalidade referida, GUILHERME MELOTTI, pela passagem marcante que o mesmo teve nesta municipalidade.

Entre outras informações, o proponente aduz que o Sr. Guilherme, juntamente com três de seus dez filhos, foi o fundador da Serraria e Esquadrias Melotti, bastante reconhecida no município de Linhares/ES.

Registre-se, outrossim, a juntada do croqui de localização, bem como da certidão de óbito do homenageado.

Neste ponto, não se verifica qualquer inobservância às regras e princípios, direitos e garantias de caráter material previstos na Lei Maior, em especial os prescritos no art. 5º.

No mesmo sentido, a temática trazida pela proposição em exame não apresenta relação conflituosa com as normas de caráter material contidas na Constituição Capixaba.

Pode-se concluir, assim, não restar caracterizado *desvio de poder ou excesso de poder legislativo*, pois, repita-se, a propositura pretende legislar sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos, matéria afeta à competência desta Casa de Leis.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza **opinativa e não vinculante** do parecer jurídico, e assegurada a soberania do Plenário, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Linhares/ES, **opina** pela **VIABILIDADE** do Projeto de Lei nº 88/2023.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Linhares/ES, 10 de outubro de 2023.

Alysson Francisco Gomes Reis

Presidente

Francisco Tarcísio Silva

Relator

Johnatan Depollo

Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330036003900360030003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Johnatan Maravilha** em 01/11/2023 12:41

Checksum: **23F96E325A51543F1CEE0495994C5E7E6BB877C7A168CADB64A5B7753485F77A**

Assinado eletronicamente por **Alysson Reis** em 01/11/2023 14:02

Checksum: **6AB5A3AD8EDD6FDB134FBBE343C3EDEFE3F0695869595112D9C263B56E9BBEFF**

Assinado eletronicamente por **Tarcisio Silva** em 01/11/2023 14:28

Checksum: **7DF56AAB9B429E70FF1939044E7DC73869C2C20B8EC7C35E141CD4B3B2C6710E**

